

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
<b>1. PREMISSAS GERAIS .....</b>	<b>13</b>
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos .....	13
1.2. Evolução histórica do processo estrutural .....	18
1.3. Os processos estruturais e a realidade brasileira .....	31
1.3.1. A necessidade material de reconstrução do processo .....	31
1.3.2. A experiência dos juízos recuperacional e falimentar .....	34
1.3.3. A flexibilidade procedural e a atipicidade executiva.....	37
1.3.4. O avanço dos processos estruturais na jurisprudência.....	42
1.4. Processos estruturais e orientações estrangeiras.....	55
<b>2. O PROBLEMA ESTRUTURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>67</b>
2.1. Complexidade .....	68
2.1.1. “Complexo” e “difícil”. Os “problemas complexos” .....	69
2.1.2. Os “problemas complexos” e o processo estrutural .....	73
2.1.3. “Complexidade”, regulação comportamental e regulação es- trutural.....	75
2.2. Multipolaridade.....	79
2.2.1. A noção de “multipolaridade” e o processo civil .....	79
2.2.2. Os litígios “multipolares” e o contraditório: respostas tradicio- nais .....	84
2.2.3. Os problemas “multipolares” e o processo estrutural.....	86
2.3. Recomposição institucional .....	86
2.3.1. A “reforma estrutural” e as instituições.....	87
2.3.2. As “instituições” e sua função social .....	88
2.3.3. As “instituições” e o processo estrutural.....	91
2.4. Prospectividade .....	94
2.4.1. A atuação estrutural e o olhar prospectivo .....	94
2.4.2. A atividade pública e a prospectividade .....	96
2.4.3. O processo estrutural e a prospectividade .....	100
<b>3. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ESTRUTURAL .....</b>	<b>103</b>
3.1. O processo estrutural e a dimensão subjetiva .....	103

3.2. O processo estrutural e a participação individual .....	106
3.3. Entre a participação e a representação .....	109
3.4. O enfrentamento do problema pelo processo coletivo brasileiro .....	112
3.5. Representação, participação e legitimidade .....	115
3.6. Representação e legitimização: o controle de representatividade.....	117
3.7. A abertura dialógica: ampliando a dinâmica processual.....	124
3.8. O momento de diálogo e a flexibilidade procedural .....	130
3.9. O diálogo nos processos estruturais e o tecnicismo jurídico .....	133
<b>4. O OBJETO DO PROCESSO ESTRUTURAL .....</b>	<b>137</b>
4.1. O Processo Civil e a ideia de demanda .....	137
4.2. O princípio da demanda e sua flexibilização.....	141
4.3. Demanda e objeto nos processos estruturais.....	145
4.4. Petição inicial, contraditório e objeto nos problemas estruturais .....	150
<b>5. A INSTRUÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL.....</b>	<b>159</b>
5.1. Algumas premissas indispensáveis para a compreensão da prova no processo estrutural .....	159
5.2. O valor da prova indiciária.....	162
5.2.1. O emprego da prova indiciária no direito nacional .....	164
5.2.2. A prova indiciária nos problemas estruturais .....	171
5.3. A prova estatística.....	173
5.3.1. As estatísticas podem servir de provas?.....	173
5.3.2. As modalidades de prova estatística .....	180
5.3.3. Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração .....	181
5.3.4. Em busca da probabilidade razoável .....	184
5.4. A imputação de deveres probatórios e a questão do ônus da prova .....	185
5.4.1. Entre ônus e deveres probatórios .....	186
5.4.2. Ônus probatórios, deveres probatórios e processo estrutural.....	192
<b>6. AS FORMAS DE SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA ESTRUTURAL.....</b>	<b>195</b>
6.1. As soluções consensuais .....	197
6.1.1. O desenho das soluções negociadas estruturais .....	201
6.1.2. Mais vale um acordo ruim do que uma boa demanda. Será?.....	204
6.2. Soluções “adjudicadas” .....	210
6.2.1. O papel do Judiciário e a divisão de funções estatais .....	212
6.2.2. A legitimidade do Judiciário .....	216
6.2.3. Os limites ditados pelos contornos da tutela exigida para o caso ...	222
6.2.4. Decisões em cascata e a cisão no enfrentamento do problema estrutural .....	224
6.3. Soluções compartilhadas .....	229

6.3.1. A efetivação compartilhada e as capacidades institucionais .....	230
6.3.2. A delegação da formatação do desenho estrutural e os gestores de conflitos.....	235
<b>7. ESTABILIDADES E INSTABILIDADES NOS PROVIMENTOS ESTRUTURAIS .....</b>	<b>241</b>
7.1. O processo civil e sua tendência à estabilização das decisões.....	241
7.2. Complexidade e experimentalismo .....	243
7.3. Novos ares sobre o tema da coisa julgada.....	245
7.4. “Definitividade” e decisões estruturais. Entre estabilidade e instabilidade.....	253
7.5. Há um fim para o processo estrutural?.....	259
<b>8. A IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS....</b>	<b>265</b>
8.1. A efetivação da tutela estrutural: indução, sub-rogação e implementação negociada .....	268
8.2. As aberturas específicas na lei para a efetivação do direito nos processos estruturais .....	271
8.3. A colaboração das partes e de terceiros no processo civil .....	273
8.3.1. Os efeitos das decisões judiciais em face de terceiros .....	273
8.3.2. Os deveres dos terceiros no processo .....	278
8.3.3. A imposição a terceiros das decisões judiciais .....	279
8.3.4. A colaboração de terceiros no cumprimento de decisões judiciais.....	280
8.3.5. As ordens dirigidas ao Estado .....	281
8.3.6. As ordens dirigidas a terceiros particulares .....	286
8.3.7. A garantia do contraditório e as ordens dirigidas a terceiros .....	290
8.4. A intervenção judicial.....	295
8.5. As técnicas de indução disponíveis para implementação do modelo de processo estrutural brasileiro .....	299
8.6. Outras medidas de apoio para a implementação de decisões estruturais ....	302
8.6.1. Atos concertados entre juízos para efetivação dos provimentos judiciais executivos em processos estruturais .....	302
8.6.2. As estruturas de apoio.....	305
8.6.2.1. As estruturas de apoio e o Judiciário: Métodos de Diálogo e de Interação .....	308
8.6.2.2. Legitimidade formal e material das estruturas de apoio ...	312
8.6.2.3. A desjudicialização da efetivação das mudanças estruturais.....	314

<b>9. O PROCESSO ESTRUTURAL NO CAMPO PRIVADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>317</b>
9.1. Aproximações ao Problema .....	317
9.2. Alguns exemplos concretos de problemas estruturais “privados” e sua solução .....	318
9.2.1. O Caso “Zara” .....	318
9.2.2. O Caso “Oi” .....	321
9.2.3. O Caso “Braskem” .....	325
9.2.4. O Caso “Carrefour” .....	327
9.3. Algumas percepções a partir dos exemplos.....	330
9.3.1. Os custos da reforma estrutural no ambiente privado .....	331
9.3.2. Colisão de interesses e o equilíbrio econômico .....	333
9.3.3. O uso do elemento econômico como estímulo às medidas estruturais .....	334
9.4. Lendo o processo estrutural sob a lupa dos interesses privados .....	336
9.4.1. A atividade jurisdicional .....	336
9.4.2. Reflexos no procedimento .....	344
<b>10. O PROJETO DE LEI DE PROCESSO ESTRUTURAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>347</b>
10.1. O debate legislativo e a conformação normativa do processo estrutural.....	347
10.1.1. O processo estrutural como realidade pragmática: o risco da hiperglaislação .....	349
10.1.2. A ausência de previsão expressa e o “risco” de subutilização .....	350
10.2. A proposta de lei de processo estrutural na realidade brasileira: algumas aproximações .....	351
10.2.1. A visão não-conceitualista e o practicalismo.....	352
10.2.2. Flexibilidade e customização procedimentais.....	353
10.2.3. O plano de ação e o cronograma de implementação .....	355
10.2.4. Efetivação e atipicidade .....	356
<b>REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....</b>	<b>359</b>